

CAFÉ ESTÁ NOVAMENTE EM CRISE

Roberto Rodrigues*

Fato raro ocorreu em 27 de março deste ano de 2007.

As entidades que compõem o agronegócio brasileiro do café, representadas por ABIC, ABICS, CECAPÉ e CNC, enviaram ao Ministro da Agricultura recém empossado, Reinhold Stephanes, um documento pelo qual solicitavam a “manutenção integral da equipe ministerial encarregada dos assuntos do agronegócio café, que hoje estão sob a liderança do Secretário de Agroenergia, Linneu Costa Lima e do Diretor do Departamento de Café - DCAF, Vilmondes Olegário da Silva”.

E justificaram suas solicitações:

“Essa equipe atuou de forma coesa e eficiente desde o primeiro dia do mandato do Presidente Lula, conseguiu a proeza de realizar o melhor trabalho de que se tem notícia na história recente da cafeicultura brasileira. O Secretário Linneu e o Diretor Vilmondes comandaram todo um processo de negociações e articulações que redundaram primeiramente na construção de uma forte união e aliança de todos os segmentos que integram o agronegócio café e em seguida proporcionar um ambiente para a discussão conjunta de uma política cafeeira para o mercado interno e externo. O profissionalismo e transparência exemplares de suas respectivas gestões, a dedicação, eficiência e competência de toda sua equipe, sem exceção, os credenciam com unanimidade, a aprovação incondicional de todas nossas entidades de representação. Com certeza um caso raro de reconhecimento do setor privado junto ao setor público, dada a satisfação com que consideramos a condução da política cafeeira... Finalmente, consideramos que a manutenção da atual equipe irá proporcionar condições de tranquilidade administrativa e operacional, num cenário atual de grande apreensão e preocupação quanto a mercado, preços, câmbio e custos crescentes”.

Desde os primeiros dias no cargo, o Secretário Linneu se empenhou em conversar com todas as lideranças da cadeia produtiva do café, com o pedido de que se entendessem entre si, na direção de uma proposta articulada e clara que permitisse olhar para o futuro, sem perder de vista a arrumação do passado. Afinal, anos desastrosos tinham descapitalizado brutalmente os cafeicultores. Conseguido este consenso – difícil em si – a equipe mergulhou na formulação dos planos de curto, médio e longo prazo, a partir do CDPC, em busca de soluções para duas questões centrais:

- conjuntural: o equacionamento do endividamento do setor; e
- estrutural: criação de políticas contracíclicas que ordenassem o setor, livrando-o dos recorrentes problemas de renda.

Os aspectos conjunturais foram tratados via prorrogação das dívidas e lançamento de contratos de opções de venda públicas e privadas de café. O Conselho Monetário Nacional autorizou a repactuação de parte dos débitos do setor em até 18 meses. A introdução do café na Política de Garantia de Preços

Mínimos permitiu que a cafeicultura tivesse acesso às linhas de financiamento do Manual de Crédito Rural, para custeio e comercialização. O acesso aos recursos do Orçamento Oficial de Crédito, permitiu o lançamento das opções públicas e privadas com equalização das taxas de juros e dos preços. Cerca de 3 milhões de sacas foram colocadas nos leilões de opções, sustentando preços.

A questão estrutural foi tratada pelo CDPC com o objetivo de “gerar renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo a geração de divisas, de emprego, a inserção social e a sustentabilidade ambiental, em benefício da sociedade brasileira”, com algumas ações decisivas:

- Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/CAFÉ - Foi concluído o Genoma Café e mais recursos foram alocados.
- Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safras, denominado Geosafra - através da CONAB.
- Levantamento e divulgação dos estoques públicos e privados, em abril de cada ano.
- Programa Integrado de Marketing dos Cafés do Brasil - com um trabalho abrangente de promoção, em feiras, simpósios, concursos de qualidade e Café & Saúde.

Boa parte destes programas foi executado com recursos do FUNCAFÉ, redirecionados e reorientados para atender a toda a cadeia produtiva.

Todas estas ações permitiram uma recuperação dos preços, até porque o aumento da oferta mundial é menor que o da demanda. Em 2003, quando a equipe assumiu, o café valia menos que US\$ 50 a saca, hoje, está acima de US\$ 120 e não há razão para os preços caírem de novo, como aconteceu recentemente.

O pior é que, com o real valorizado como está, e com os custos de produção subindo, o reconhecido esforço realizado pela equipe de Linneu está em risco. E os cafeicultores voltam a entrar em crise.

P.S. Linneu se afastou do cargo de secretário, mas a equipe permanece.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP, professor do Departamento de Economia Rural da UNESP - Jaboticabal**